



valor eventualmente incontroverso e transcorrido o prazo de manifestação da contraparte, autos conclusos, ocasião em que deliberarei acerca da eventual impugnação e do valor controvertido. Fica, porém, suspenso o pagamento deste benefício, nos termos do artigo 32 da Resolução n.º 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça, enquanto providenciados os cálculos necessários a sua quitação, sem a necessidade de que seja promovido o provisionamento, salvo na hipótese delineada no ponto (8), pela existência de fluxo contínuo de pagamento em relação ao crédito superpreferencial. Por fim, no que se refere ao valor a ser considerado como limite máximo ao pagamento do crédito superpreferencial, destaco que a partir da alteração promovida pela Resolução n.º 438/2021, do (CNJ), o parágrafo único do art. 75 da Resolução n.º 303/2019, do CNJ passou a vigorar com a seguinte redação: Parágrafo único. A superpreferência será paga com observância do conjunto de precatórios pendentes de requisição ou pagamento, independentemente do ano de expedição e de requisição e observará o valor da obrigação de pequeno valor vigente na data do trânsito em julgado da fase de conhecimento. A nova redação do referido dispositivo passou a conter mandamento expresso no sentido de que se deve considerar, para fins de pagamento da superpreferência, o valor da obrigação de pequeno valor (OPV) vigente na data do trânsito em julgado da fase de conhecimento. Em outras palavras, com base no referido dispositivo, o cálculo do limite máximo de pagamento da superpreferência deve observar o valor da OPV vigente na data do trânsito em julgado. Analisando os autos, observo que o trânsito em julgado ocorreu no dia 26 de setembro de 2014 (informação de página 06 do precatório originário). A primeira Lei editada pelo Município de Fortaleza fixando o valor da obrigação de pequeno valor foi a Lei n.º 10.562, publicada em 15 de março de 2017, e que permanece sendo aplicada até o presente momento. Como o trânsito em julgado ocorreu em data anterior à promulgação da Lei n.º 10.562/2017, entende-se pela aplicação do parâmetro fixado pelo ADCT, para os casos em que não havia lei fixando o referido valor, qual seja, 30 (trinta) salários mínimos. Deste modo, valendo-se da referida previsão, fixa-se que o valor que deve ser utilizado, para fins de aplicação do parágrafo único do art. 75 da Resolução n.º 303, do CNJ, quando a data do trânsito em julgado for anterior ao dia 15 de março de 2017, para o Município de Fortaleza, é trinta salários mínimos. Sendo o Município de Fortaleza incluído no regime especial de pagamentos, deve-se considerar, como limite máximo de pagamento da parcela superpreferencial, nestes autos, o valor de cento e cinquenta salários mínimos, correspondente a cinco vezes o valor da OPV, que, no caso em comento, perfaz o montante de R\$ 181.800,00 (cento e oitenta e um mil e oitocentos reais). Intimem-se. Expedientes correlatos. Fortaleza, data do sistema. Emilio de Medeiros Viana Juiz de Direito Auxiliar da Presidência Portaria de delegação n.º 186/2021

Total de feitos: 7

EDITAIS, AVISOS E PEDIDOS DE VISTA

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGOS VAGOS E À FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

EDITAL Nº 13/2022 DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DA COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO AOS CANDIDATOS AUTODECLARADOS NEGROS E DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO

(ANALISTA JUDICIÁRIO – ESPECIALIDADE CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO – ÁREAS: SISTEMAS DA INFORMAÇÃO E INFRAESTRUTURA DE TI)

O DESEMBARGADOR ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a publicação do Edital nº 01/2022 publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará na edição de 21.03.2022, e retificações posteriores, **resolve**:

1. **Informar** que as respostas dos recursos referentes ao Resultado da Comissão de Heteroidentificação dos candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos) serão de acesso exclusivo ao candidato em questão, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, combinados com o disposto no art. 31 da lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

2. **Tornar pública** a lista definitiva dos candidatos que foram reconhecidos pela Comissão de Heteroidentificação dos candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos) para permanecerem concorrendo às vagas reservadas, constante no **Anexo I** deste Edital.

2.1 Os candidatos que não forem reconhecidos pela Comissão como negros – cuja declaração resulte de erro, por ocasião de falsa percepção da realidade, não sendo, portanto, revestida de má-fé – ou os que não compareceram perante a comissão de heteroidentificação, continuarão participando do concurso em relação às vagas destinadas à ampla concorrência desde que obtenham a pontuação/classificação necessária para tanto e/ou se for o caso, na lista específica de candidatos com deficiência. Será eliminado do concurso o candidato que não possua pontuação/classificação para figurar na listagem de ampla concorrência e/ou se for o caso, na lista específica de candidatos com deficiência.

3. **Tornar Pública** a relação final de candidatos aprovados no Concurso em ordem de classificação para os cargos de Analista Judiciário – Especialidade Ciência da Computação – Áreas: Sistemas da Informação e Infraestrutura de TI), conforme Capítulo 11 do Edital nº 01/2022 de Abertura de Inscrições por meio do **Anexo II** deste Edital e disponível no *site* da Fundação Carlos Chagas.

Fortaleza/CE, 17 de outubro de 2022

DESEMBARGADOR ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM EXERCÍCIO

**ANEXO I**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

DIVERSOS CARGOS

RESULTADO DEFINITIVO DA COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO

Cargo/Especialidade/Área: C03 - ANA JUD- CIÊNCIA DA COMP- SISTEMAS DA INFORMAÇÃO

NÚMERO	NOME
0007687f	CHRISTIANO MACHADO DA COSTA
0016504f	DAVID FLAVIO DE LIMA MENEZES
0007770b	DIEGO DE MATOS BEZERRA
0007817b	MATHEUS COSTA BARBOSA
0016891d	MIGUEL DE OLIVEIRA ATAÍDE
0007824e	WANDEMBERG RODRIGUES GOMES

6 Candidato(s) nesta opção

Cargo/Especialidade/Área: D04 - ANA JUD- CIÊNCIA DA COMP- INFRAESTRUTURA DE TI

NÚMERO	NOME
0024599f	CHRISTIANO MACHADO DA COSTA
0024882b	DIEGO DE MATOS BEZERRA
0024818c	NUNO DA GUA NUNES DA CRUZ
0024729c	MATHEUS COSTA BARBOSA
0024664f	RODRIGO DE MEDEIROS RAMOS

5 Candidato(s) nesta opção**ANEXO II**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

DIVERSOS CARGOS

CANDIDATOS HABILITADOS EM ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO (RESULTADO FINAL)

Legenda:

(N) CANDIDATOS NEGROS.

CARGO/ESPECIALIDADE/ÁREA: C03 - ANA JUD- CIÊNCIA DA COMP- SISTEMAS DA INFORMAÇÃO

NÚMERO	NOME	NOTA FINAL	CLASS
0016558k	EWERTON ALMEIDA SILVA	17.25	2
0016833g	WENDELL MILITAO FERNANDES MENDES	17.06	3
0007766f	ANTONIO LUIS COMRA DE MEDEIROS	16.86	4
0016343a	ABELARDO VIEIRA MOTA	16.56	5
0016461g	FABIANO JOSE CADELHA DE FREITAS	16.50	6
0016426e	LEANDRO HENRIQUE DE SOUZA SANTOS	16.06	7
0016707b	DOUGLAS PEIXOTO RODRIGUES	15.90	8
0016544k	ANTONIO GABRIEL DA SILVA FERNANDES	15.81	9
0016568c	JOAO MARCOS CARVALHO LIMA	15.75	10
0016733c	PEDRO IVO FREIRE ARAGAO	15.33	11
0016778c	PEDRO CRISTEM ALENCAR	15.20	12
0016482d	LUCAS ALESSIO ANUNCIADO SILVA	15.18	13
0016376e	JOSE FELIPE RIBEIRO ARAUJO	14.88	14
0007711c	LEYBERSON PEREIRA ASSUNCAO	14.71	15
0016752g	DAVI MENESES BESSA	14.56	16
0007687f	CHRISTIANO MACHADO DA COSTA(N)	14.56	17
0016465d	FRANCISCO JOSE REGO LOPES	14.56	18
0016246c	AMANDA SARAIVA BEZERRA	14.53	19
0007703d	JADER PINHEIRO BENEVIDES	14.39	20
0007712e	LUCAS RODRIGUES FERREIRA	14.38	21
0007760e	YVES NOGUEIRA SOUSA	14.21	22
0016652c	DAVID BOTO PAZ ARAGAO	14.03	23
0007806c	AMERICO TADEU FALCONE SAMPAIO	13.86	24
0016811b	GEORGE RIBEIRO RODRIGUES MAGALHAES	13.76	25
0016351k	DANNIEL ALBUQUERQUE ARAUJO	13.59	26
0016622e	JOSE WEBER MILITAO	13.50	27
0016743f	ADRIANA PEREIRA ROCHA	13.43	28
0007817b	MATHEUS COSTA BARBOSA(N)	13.38	29
0007749f	PEDRO TEIXEIRA DE ARAUJO	13.35	30
0007695f	EMANUEL ELIAS SILVA CASTELO	13.33	31
0007765b	ANDRE RODRIGUES CORREIA	13.33	32
0016263c	HELIO MATHEUS SALES SILVA	13.31	33
0007824e	WANDEMBERG RODRIGUES GOMES(N)	12.98	34
0016274b	MARCELO AUGUSTO SOUZA GOMES	12.83	35
0007842g	ANA CARMELIA SOUSA BENICIO	12.80	36
0007781b	ITALO CALHEIROS MARANHÃO	12.80	37
0016548b	CAIO VIKTOR DA SILVA AVILA	12.80	38
0016321b	JOYCE QUEIROZ E SILVA	12.75	39
0016802g	EUCLYDES GREGORIO DE MELO	12.68	40
0016891d	MIGUEL DE OLIVEIRA ATAÍDE(N)	12.64	41
0007767b	BRUNO SOUSA CAVALCANTE BARROSO	12.62	42
0016784f	RICARDO PEREIRA DE ANDRADE	12.38	43
0016760f	FRANCISCO ROBERTSON NUNES HOLANDA	12.31	44
0016557f	DEMORA BRUNA CONHA DE SOUSA	12.26	45
0016342f	VITOR ALCANTARA DE ALMEIDA	12.26	46
0016809j	FRANCISCO OLIMPIO NASCIMENTO FERNANDES	12.20	47



0016449f	ANNE CAROLINNE CARVALHO GALDINO	11.84	49
0016310b	FRANCISCO FABIO SILVA BARRETO	11.81	50
0016483f	LUCAS NOGUEIRA NOBREGA	11.80	51
0016598a	ANTONIO DA COSTA NOBREGA NETO	11.75	52
0016589k	VINICIUS DE ALBUQUERQUE BRITO	11.75	53
0016629b	EDRILSON HENRIQUE DE SOUSA BRITO	11.63	54
0017809j	FLAVIO DE ALMEIDA SOUZA	11.62	55
0016267k	JAYRO RODRIGUES DA SILVA	11.52	56
0007770b	DIEGO DE MATOS BEZERRA(N)	11.43	57
0016581f	RODRIGO GARCIA BARBOSA	11.25	58
0016504j	DAVID FLAVIO DE LIMA MENEZES(N)	11.25	59
0016409e	ELISEU BARROSO NETO	11.20	60
0016614f	ISRAEL GREGORIO CUNHA CELESTINO	11.19	61

61 Candidato(s) nesta opção

CARGO/ESPECIALIDADE/ÁREA: D04 - ANA JUD- CIÊNCIA DA COMP- INFRAESTRUTURA DE TI

NÚMERO	NOME	NOTA_FINAL	CLASS
0028494e	ALEXANDRE MAGNO CAVALCANTE SUCUPIRA	14.64	1
0028568h	JEAN NUNES RIBEIRO ARAUJO	14.44	2
0028656e	DIEGO FRANCISCO DE MESQUITA OLIVEIRA	14.06	3
0028448i	EDUARDO TEIXEIRA GANDOUR	13.24	4
0024782b	THIAGO GREGORIO FAGUNDES	12.80	5
0024798c	CLIBERTON MONTE DE SOUSA	12.74	6
0024746h	MAX EDUARDO VIZCARRA MELGAR	12.69	7
0024672e	YVES NOGUEIRA SOUSA	12.38	8
0024805i	FELIPE ALBUQUERQUE DOS SANTOS	12.34	9
0028630i	MATHEUS FREIRE E SILVA DO NASCIMENTO	12.13	10
0028645k	ANDERSON LIMA MIRANDA	11.88	11
0028518d	JOAVNER NEGREIROS DE FREITAS	11.44	12
0024818g	MANOEL DA GUITA NUNES DA CRUZ(N)	11.44	13
0024593b	DANIEL RODRIGUES MENEZES	11.38	14
0024593b	CRISTIANO MACHADO DA COSTA(N)	11.30	15
0024798e	CRISTIANO NERI DA SILVA	11.20	16
0024729h	MATHEUS COSTA BARBOSA(N)	11.19	17
0024664f	RODRIGO DE MEDEIROS RAMOS(N)	11.06	18
0024682h	DIEGO DE MATOS BEZERRA(N)	11.06	19
0024654c	JOAO VICTOR RIBEIRO GALVINO	11.00	20

20 Candidato(s) nesta opção

CANDIDATOS NEGROS HABILITADOS EM ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO (RESULTADO FINAL)

CARGO/ESPECIALIDADE/ÁREA: C03 - ANA JUD- CIÊNCIA DA COMP- SISTEMAS DA INFORMAÇÃO

NÚMERO	NOME	NOTA_FINAL	CL_NEGRO
0007687j	CHRISTIANO MACHADO DA COSTA	14.56	1
0007817h	MATHEUS COSTA BARBOSA	13.38	2
0007844e	WANDERBERG RODRIGUES GOMES	12.98	3
0016831j	MIGUEL DE OLIVEIRA ATAÍDE	12.64	4
0017770b	DIEGO DE MATOS BEZERRA	11.43	5
0016504j	DAVID FLAVIO DE LIMA MENEZES	11.25	6

6 Candidato(s) nesta opção

CARGO/ESPECIALIDADE/ÁREA: D04 - ANA JUD- CIÊNCIA DA COMP- INFRAESTRUTURA DE TI

NÚMERO	NOME	NOTA_FINAL	CL_NEGRO
0024818g	MANOEL DA GUITA NUNES DA CRUZ	11.44	1
0024599i	CHRISTIANO MACHADO DA COSTA	11.30	2
0024729h	MATHEUS COSTA BARBOSA	11.19	3
0024664f	RODRIGO DE MEDEIROS RAMOS	11.06	4
0024682h	DIEGO DE MATOS BEZERRA	11.06	5

5 Candidato(s) nesta opção

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGOS VAGOS E À FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

EDITAL Nº 14/2022 DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DA COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO AOS CANDIDATOS AUTODECLARADOS NEGROS E DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO (OFICIAL DE JUSTIÇA)

O DESEMBARGADOR ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a publicação do Edital nº 01/2022 publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará na edição de 21.03.2022, e retificações posteriores, **resolve**:

1. **Informar** que as respostas dos recursos referentes ao Resultado da Comissão de Heteroidentificação dos candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos) serão de acesso exclusivo ao candidato em questão, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, combinados com o disposto no art. 31 da lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.